

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

A Administração da Infraestruturas de Portugal decidiu realizar um “mega comício” no Entroncamento, a celebrar o facto de ter conseguido absorver a REFER e o património ferroviário para o escandaloso pagamento das subconcessões rodoviárias, que todos os anos aumentam, e este ano sugaram qualquer coisa como 1,3 mil milhões de euros ao erário público. Numa empresa onde os salários estão cortados, e muitos dos direitos consagrados na contratação coletiva continuam a ser negados, os administradores escolhidos pelo Governo decidiram gastar 294 mil euros em tal comício, para o qual asseguraram comida gratuita, transportes gratuitos, cachecóis gratuitos e muita outra propaganda. Nesse dia, até transporte gratuito para o Entroncamento tiveram todos os que decidiram aceitar o convite para participar na “sessão”. O mesmo transporte que em nome da «crise» e da «boa gestão» é negado aos ferroviários reformados e no ativo em violação do acordado com eles.

Compreende-se que alguns responsáveis estejam influenciados pelas inebriantes vantagens que esperam retirar da possibilidade de transferir os ativos ferroviários para a posse privada – infraestruturas e tecnologias de informação e comunicação, subconcessões de linhas, património para construção imobiliária (há quem lhe chame jardins, como no caso de Santa Apolónia), etc. – e depois pegarem nos recursos assim arrecadados e voltarem a transferi-los para os grupos económicos no pagamento das PPP das subconcessões rodoviárias. Mas ainda assim, perante tal decisão de organizar este comício, animado com leitões e espetadas de fruta, subsiste a perplexidade e a indignação sobre a forma como são geridos os recursos públicos

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:

1. Foi o Governo cúmplice desta operação de propaganda, show-off e despesismo?
2. Que medidas vão ser tomadas face a esta inaceitável e indigna situação?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Julho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)